ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

A PRODUÇÃO FEMINISTA DO ESPAÇO: Costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas

Autores:
Poliana Gonçalves Monteiro - UFF - poli.dmambembe@gmail.com

Resumo:

O presente artigo parte da reflexão de que não há, em uma sociedade desigual, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual e a desigualdade impetrada pelo patriarcado se materializa na cidade. Nesse sentido, é necessário pensar uma cidade diferente, que parte da produção do espaço que cotidianamente se engendra mas que não se vê. Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três seções. A primeira inicia um debate sobre violência epistêmica que invisibiliza a figura da mulher na formação do sujeito e na conformação dos objetos de pesquisa. Em seguida, a possível correlação entre um urbanismo estruturado a partir de uma perspectiva colonizadora e a conformação das cidades patriarcais será discutida. Na terceira seção, as lutas urbanas protagonizadas por mulheres serão destacadas com intuito de indicar as possibilidades de pensar a Produção Feminista do Espaço como estratégia para a construção coletiva de uma nova episteme para pensar a cidade.

A PRODUÇÃO FEMINISTA DO ESPAÇO:

Costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas

INTRODUÇÃO

O presente artigo está estruturado na perspectiva da existência de uma profunda conexão entre espaço e gênero. O espaço é construído a partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas, desde o global até as relações cotidianas dentro da cidade, dos bairros e da casa (MASSEY, 1994). Não há, em uma sociedade desigual, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual (BOURDIEU, 1997), e a desigualdade tem muitas faces. A desigualdade impetrada pelo patriarcado, portanto, não se conforma como um antagonismo simples, mas como a interpretação perversa de uma ausência presumida (MASSEY, 1994).

A reflexão sobre a materialidade do sistema de opressão-exploração patriarcal na produção do espaço urbano e a repercussão da desigualdade de gênero no acesso à cidade é motriz da perspectiva aqui apresentada. Mas a realidade não apresenta respostas espontaneamente e, diante de diversas possibilidades teóricas e metodológicas, algumas escolhas foram feitas na construção do quadro de análise. A primeira escolha, a mais óbvia, foi utilizar conceitos e categorias feministas para apreender a realidade acerca da qual se pretende refletir. Essa escolha está inevitavelmente marcada por um comprometimento político e define as bases teóricas e metodológicas que se pretende utilizar. A crítica feminista busca por princípio destacar como o patriarcado e a perspectiva androcêntrica permeiam a ciência e a epistemologia, o que implica as teorias e também os processos e métodos de investigação (VELEDA DA SILVA, 2013).

O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, expressão do poder que autentica "uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência" (SAFFIOTI, 2011, p. 59). O conceito de patriarcado é fundamental para a teoria política feminista, sendo o único que expõe o direito político exercido pelos homens, sujeitos transcendentes e universais (BEAUVOIR, 1980).

Se a ordem patriarcal encontra estabilidade no espaço e no tempo e atravessa todas as instituições, porque não se manifestaria na produção do espaço? Na Cidade Patriarcal o exercício de direitos e liberdade tem recorte, tem raça, gênero e classe. Para as mulheres, viver na cidade é uma luta cotidiana. E elas lutam! A essência da ideia que será desenvolvida nesse artigo é que as mulheres, ao abraçar a luta por seus lugares, produzem espaço e, finalmente, a cidade.

Nesse sentido, é necessário pensar uma cidade diferente, que parte da produção do espaço que cotidianamente se engendra mas que não se vê. Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três seções. A primeira seção inicia um debate sobre violência epistêmica que invisibiliza a figura da mulher na formação do sujeito epistêmico e na conformação dos objetos de pesquisa. Essa reflexão pretende observar como esses silêncios epistêmicos contribuem para erigir cidades mais injustas e que contribuem para a ampliação da vulnerabilidade das mulheres. Em seguida, a possível correlação entre um urbanismo estruturado a partir de uma perspectiva colonizadora e a conformação das cidades patriarcais será discutida. Na terceira seção, as lutas urbanas protagonizadas por mulheres serão destacadas com intuito de indicar as possibilidades de pensar a Produção Feminista do Espaço como estratégia para a construção coletiva de uma nova episteme para pensar a cidade.

MEDINDO SILÊNCIOS EPISTÊMICOS

A noção de "direito à cidade" tem centralizado a crítica contemporânea à desigualdade de acesso à estrutura urbana, mas via de regra adota como base de sua crítica um sujeito abstrato, sem sexo, sem cor e sem classe. Além disso, não reivindica necessariamente a disputa na produção do espaço. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do "direito à cidade" para as mulheres? E, mais especificamente, qual perspectiva de direito à cidade pode ter uma mulher negra, moradora de favela que vê seu filho ser assassinado pela polícia?

Nesse sentido, estamos realmente falando do mesmo direito? Daquele que Lefebvre concebeu em 1968 no contexto das cidades expandidas europeias que asseguraram o amplo direito à moradia mas não à vida urbana (LEFEBVRE, 1991)? Ou do direito que Harvey radicalizou vinculando-o aos movimentos sociais urbanos e à reivindicação da cidade de acordo com o desejo comum (HARVEY, 2014)?

Nas ciências sociais a questão da violência epistêmica tem sido evidenciada por diversas reflexões teóricas de perspectiva decolonial, produzidas por intelectuais do Sul Global como a indiana Gayatri Spivak e o camaronês Achille Mbembe. No campo do Planejamento Urbano, entretanto, esse debate ainda é pouco expressivo. A reflexão sobre *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias* desenvolvida por Maricato (2002) é um marco dessa discussão no campo do urbanismo[1]. A urgência de ampliar o conhecimento sobre a contradição entre a evolução das ideias e a realidade empírica, assim como "o fosso que nos separa dos países centrais" (Idem, p. 173) para refletir sobre a "importação dos padrões do chamado 'primeiro mundo'" (Idem, p. 123) fica evidente no inquietante contexto exposto pela autora:

[1] A autora não utiliza o termo violência epistêmica, mas a discussão tangencia de forma clara essa questão.

> "A crise da matriz modernista/funcionalista que alimentou o planejamento urbano no século XX prepara espaço para sua substituição. Cabe perguntar se a nova matriz que está sendo gerada resulta de um processo endógeno calcado na práxis urbana ou segue o mesmo caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, seguido pela primeira." (MARICATO, 2002, p.123)

Nesse sentido, a ausência de comprometimento com a realidade concreta e a vinculação acrítica às ideias dos países centrais determinou que o urbanismo brasileiro tenha sistematicamente aplicado "ideias fora do lugar" e relegado certos lugares e sujeitos a estar "fora das ideias" (MARICATO, 2002). A violência epistêmica engendrada pelas relações coloniais e imperialistas, nessa reflexão, se desvela inconteste. As consequências da violência epistêmica impetrada pelas relações patriarcais, entretanto, permanecem na obscuridade tanto no plano das ideias, quanto na práxis. Nesse sentido, a prática reflexiva de perceber "o que se recusa a dizer" e medir esses silêncios tem potência para evidenciar uma recusa ideológica coletiva que invisibiliza certas alteridades e vivências.

No processo de constituição do sujeito e de formação do objeto, em geral, a figura da mulher desaparece, não em um vazio desinteressado mas em uma omissão estratégica, um silêncio programado, uma cegueira interessada. Assim, como evidencia Spivak (2010, p. 67), na produção de conhecimento não há valor algum atribuído à "mulher" enquanto sujeito, pois "se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade".

Ainda em caráter exploratório, os dois exemplos seguintes podem ajudar a elucidar esse enunciado. A noção de periferia qualifica um determinado território pelas carências de serviços públicos básicos, de urbanização, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho. Nesse contexto, a noção de "cidade-dormitório" sintetiza essa precariedade e as enormes distâncias a serem percorridas diariamente entre o lugar da moradia e o lugar do trabalho (LAGO, 2007). Nas cidades-dormitório, entretanto, o cotidiano do sujeito sexuado constituído como mulher foi apagado com sucesso, assim como sua agência e sua luta. A perspectiva de que "se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar" (AUGÉ, 1994, p. 73) demonstra como certos territórios enquanto lugares "fora das ideias", acionam a gramática de uma ausência que é propositalmente construída e que, nesse caso, implicam gravemente a vida das mulheres. Os homens foram trabalhar, assim não é preciso pensar/atuar de forma ativa sobre esses "não-lugares".

A localização territorial periférica posiciona as mulheres em localidades onde as oportunidades de trabalho são mais escassas e precarizadas reforçando a posição da mulher enquanto exército industrial de reserva[2], a mobilidade focada exclusivamente no transporte

[2] Uma pesquisa recentemente realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que uma mulher com filhos, ensino médio completo e 34 anos, em média, é o perfil da pessoa desempregada no Brasil em 2018. Ver: https://exame.abril.com.br/economia/quem-sao-os-desempregados-brasileiros-em-2018/

pendular casa-trabalho dificulta o deslocamento no entorno da residência, o medo das ruas pode implicar na reclusão ao ambiente privado e não geração de renda autônoma, fechando, assim o ciclo de opressão-exploração impetrado pelo patriarcado em contexto capitalista.

> "Os que não engajam diretamente no sistema produtivo dominante, constituem o exército de reserva das economias capitalistas modernas. Deste ângulo, a dona de casa pode ser enquadrada no exército de reserva que, por não estar diretamente engajado no sistema dominante de produção de bens e serviços, não pertence a nenhuma classe." (SAFFIOTI, 2014, p. 489)

Assim, esses não-lugares produzidos pela ausência programática são, durante o dia, espaços essencialmente femininos. E a perspectiva de que são territórios sem identidade e sem história é produto da violência epistêmica patriarcal que elege um sujeito desprovido de qualquer determinação geopolítica, racial ou de gênero, como como universal. Ao posicionar o homem branco, em geral europeu, como O Sujeito, incorre-se na desvalorização das "mulheres", enquanto "sujeito epistêmico" e, por fim, na perigosa prática de se apropriar do outro por assimilação (SPIVAK, 2010).

O zoneamento urbano inerente ao planejamento urbano racionalista (machista e racista) é outro exemplo que evidencia a produção patriarcal do espaço, reafirmando a divisão sexual do trabalho ao fragmentar a cidade em áreas direcionadas a usos específicos. Por outro lado, a definição da moradia popular considerada adequada e a fixação dos papéis sociais no interior do espaço doméstico determinou a associação entre família e habitação como fundamento para a imposição da família nuclear burguesa como padrão hegemônico de organização social e definiu um modelo de feminilidade (RAGO, 1985). A "família nuclear moderna" se institui como uma ferramenta disciplinar que fixou o trabalhador a partir das noções de lar e intimidade. A construção dessa nova moral familiar tem como apoio para sua legitimação, a criação da "nova mãe" e da infância, em uma conjuntura social e econômica de ampliação da mão-de-obra feminina e infantil nas fábricas (RAGO, 1985, p.75). Nesse contexto, a moradia popular acessada tanto por meio da prática de autoconstrução, quanto por programas governamentais de provisão de habitação de interesse social, é periférica.

A contundente crítica de Jane Jacobs (2011) à ideia de setorização espacial da cidade segundo funções predeterminadas defende a diversidade como único meio capaz de garantir a vitalidade urbana, e de certa forma, a justiça social. A extensa reflexão desenvolvida a partir da perspectiva de que quem vivencia a cidade cotidianamente, observa com certo assombro que:

> "Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. [...] Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais." (JACOBS, 2011, p. 91)

O ideal do matriarcado para Jacobs (2011) está inevitavelmente presente tanto nas residências isoladas dos outros aspectos da vida, quanto na produção da recreação infantil. O que a autora não percebe, talvez por falta de um referencial teórico ainda ausente naquele período, é que esse suposto matriarcado é na verdade uma faceta da sociedade patriarcal materializada no espaço urbano. Assim, as cidades-dormitório enquanto ideia e o zoneamento urbano enquanto prática potencializam o regime de dominação-exploração patriarcal, invisibilizam a "mulher" enquanto sujeito epistêmico e materializam a vulnerabilidade na vida cotidiana.

O objetivo da igualdade social para Saffioti (2000), em sua crítica sobre os esquemas patriarcais de pensamento, somente será alcançado quando se atribuir ao gênero e à raça/etnia o mesmo estatuto teórico da classe social. Se no campo da teoria crítica essa necessidade se faz presente, no campo da prática, posicionar as questões de gênero como políticas, públicas e determinantes, para toda a sociedade, é urgente.

A observação de como "a teoria da acumulação (marxista) se relaciona com o entendimento da estrutura espacial" determinando "tipos específicos de estruturas geográficas" desenvolvida por Harvey (2005, p. 43) demonstrou como a produção do espaço, enquanto um processo de valorização, se torna condição de realização do capital, que instrumentaliza o Estado como produtor de territórios de dominação (CARLOS, 2015). A produção capitalista do espaço, portanto está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção, na produção da escassez, visto que "o urbanismo baseia-se na apropriação do produto excedente" (HARVEY, 1980, p. 97), assim como na obsolescência programada "que resulta em nova construção e na aquisição de solo novo nos limites urbanos ou no redesenvolvimento urbano" (Idem, p. 150).

Na atualidade, a terra, diante da hegemonia do capital financeiro e rentista, se torna reserva de valor determinada pela antecipação do fluxo de possíveis rendimentos ou de um presumível estado de escassez, superando sua função como simples meio de produção. Nesse sentido, "não se trata de mais um ciclo de ocupação capitalista do espaço, mas de uma nova relação do capital com o espaço" (ROLNIK, 2015, p. 160). Por outro lado, nas lutas dos movimentos sociais urbanos, a ênfase na restituição dos bens comuns permanece como central, indicando uma profunda continuidade "com batalhas de muito tempo atrás" (HARVEY *apud* ROLNIK, 2015, p. 374). Em paralelo ao processo descrito, as cidades em franco processo de reestruturação econômica, são convertidas em um produto ou uma marca em si mesma, e enquanto imagens sínteses, que simulam a parte pelo todo operando mediante seleções, inclusões e omissões, obscurecem características concretas do processo de produção do espaço e excluem os atores que participaram de sua formação (SÁNCHEZ, 2001).

Essas relevantes reflexões, além de apresentar uma interpretação das dinâmicas espaciais da acumulação capitalista, contribuíram significativamente para posicionar o espaço como uma categoria relevante na reflexão crítica. As matrizes do pensamento e da prática sobre a produção do espaço, entretanto, já não podem estar vinculadas exclusivamente às teorias universalistas, que em geral, recorrem a um certo nível de abstração que não evidencia o cotidiano e as/os sujeitas(os) políticas(os) que disputam a cidade. As lutas sociais urbanas, como observa Harvey (2014), se materializam efetivamente na disputa pelos modos de produção, e este "refere-se àqueles elementos, atividades e relações sociais que são

necessários para produzir e reproduzir a vida real (material)" (Idem, 1980, p. 170). A reflexão sobre a produção do espaço, portanto, precisa estar atrelada à evolução dos processos do espaço urbano e da práxis social.

A análise crítica sobre o conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-se consciente dos seus fundamentos, dos seus condicionamentos e dos seus limites. A discussão sobre a violência epistêmica na conformação do Sujeito Universal e do "investigador transparente" e neutro (SPIVAK, 2010), e, portanto, apto à esclarecer sobre tudo e todos numa perspectiva totalizadora, é urgente. Não se trata aqui de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou distinguir nele o que é "bom" do que é "mal" mas reafirmar que a discussão sobre a violência epistêmica patriarcal não consiste em uma digressão idealista.

A CIDADE PATRIARCAL E O URBANISMO COLONIAL

A organização espacial da sociedade é parte integrante de sua produção social. Assim, a cidade é a expressão de uma materialidade socialmente construída e consequentemente, a produção do espaço se constitui pelo entrelaçamento de relações sociais "estendidas" (MASSEY, 1994). A reflexão de Bourdieu (1997) sobre os efeitos de lugar subsidia a análise sobre a desigualdade de direito à cidade produzido por um processo recíproco em que o lugar possível, posição social fixada, e o espaço vivenciado, posição territorial disponível, se legitimam e reforçam mutuamente. A opressão e a dominação se materializam de diferentes formas e se refletem no cotidiano de acordo com acúmulo de vulnerabilidades. A posição social da mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade, que envolvem a objetificação do corpo feminino, a divisão sexual do trabalho, a responsabilização com o cuidado dos dependentes.

As formas particulares de pensar o lugar e o espaço, por exemplo, estão embebidas das relações de gênero (MASSEY, 1994). A recusa às estruturas patriarcais de pensamento e a reivindicação do mesmo estatuto teórico conferido à categoria classe social para as categorias gênero e raça/etnia (SAFFIOTI, 2000) são fundamentais para a compreensão das desigualdades e oposições estruturais que determinam a produção do espaço urbano. Aqui, portanto, se atribui ao gênero, à raça/etnia e à classe social a mesma relevância para a compreensão das desigualdades e oposições estruturais que determinam a apropriação e vivência da cidade.

O etnocentrismo da ciência europeia do final do século XVII e começo do século XVIII, para Derrida (*apud* SPIVAK, 2010), é um sintoma da crise geral da consciência europeia. A fixação do homem enquanto sujeito universal, por outro lado, é um fenômeno profundo e mais invisível que reverbera de forma igualmente violenta. Nesse processo, o cidadão/homem adquire sua dignidade ética transcendendo para o universal, enquanto a mulher é relegada à eterna imanência (BEAUVOIR, 1980). Assim, confrontando grandes transformações sociais, a crise da modernidade foi também uma crise da masculinidade. Não por acaso no final do século XIX e começo do século XX, os símbolos fálicos começam a se projetar nas cidades de

todo o mundo, tendo a Torre Eiffel, em Paris, como precursora representativa desse movimento e a Torre Agbar, em Barcelona, como exemplo contemporâneo mais óbvio.

Os arranha-céus, como imagem da cidade do século XX, sombreiam a produção do espaço urbano e a vida na cidade como representação do poder corporativo, do avanço tecnológico e da chegada da modernidade. Como símbolo de uma "masculinidade controladora" enredam uma elegia ao capitalismo patriarcal e imperialista que estimula, desde então, uma intensa competição entre cidades que constroem mais e mais novos edifícios, cada vez mais altos, cada vez mais fálicos (CORTÉS, 2008). Essa é a cidade dos homens, pensada por homens para homens, sujeitos universais e, portanto, observadores/observados privilegiados. A partir desses ocultamentos programáticos, as mulheres são sistematicamente invisibilizadas e silenciadas e, assim, desinvestidas de seu agenciamento e alijadas dos processos decisórios.

A reflexão sobre a desigualdade de gênero materializada na cidade sugere que em termos objetivos as demandas para ampliar o acesso das mulheres à cidade não foram definidas, e são dissimuladas justamente pelo direcionamento da questão de gênero para o domínio do privado, ou para questões simplificadas e individualizadas. As desigualdades de gênero, em geral, são interpretadas como conflito entre indivíduos e não como uma questão pública e política. Os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são a materialização das diferenças de acesso à cidade entre homens e mulheres (SILVA, 2007).

O processo de segregação urbana e periferização da moradia confronta as mulheres de forma mais aguda, não somente pela ausência de infraestrutura urbana básica e serviços essenciais, como creches, escolas, hospitais e transporte. A remoção sistemática de moradores de favelas e comunidades informais no Rio de Janeiro, devido à preparação da cidade para sediar os megaeventos esportivos é outro fator importante neste processo. As remoções promovidas pela Prefeitura entre 2009 e 2014 totalizam 20.299 famílias (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). A distância em relação ao antigo local de residência é relevante, pois o deslocamento para locais excessivamente distantes pode determinar o rompimento dos laços de solidariedade e ajuda mútua que, para as mulheres, responsabilizadas pelas tarefas reprodutivas e pelo cuidado com os dependentes, são essenciais para a manutenção das relações de trabalho e da autonomia individual.

A produção de habitação de interesse social no marco do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cuja inclinação mercadológica transferiu a prerrogativa da definição do projeto e da localização dos empreendimentos para a iniciativa privada, resultou no deslocamento de significativo contingente populacional para regiões periféricas. Para além disso, um dado foi completamente invisibilizado e desconsiderado na definição da lógica de localização do PMCMV: a violência contra a mulher.

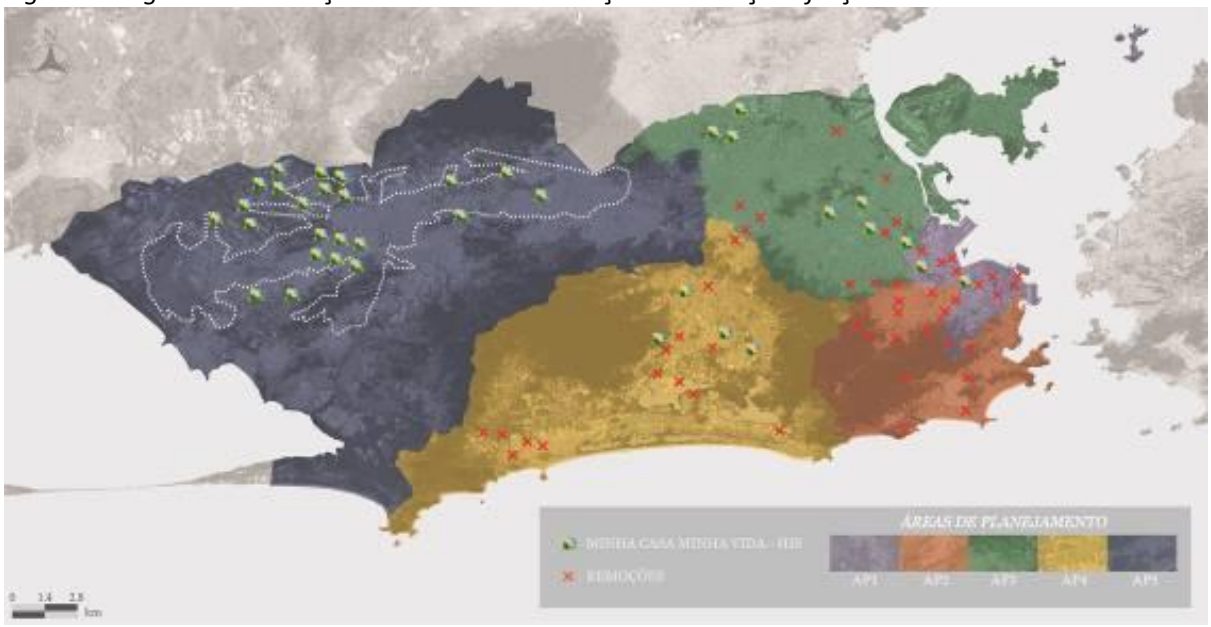
O PMCMV implantou 37 empreendimentos para a faixa de renda que compreende a habitação de interesse social (HIS), 73% dos conjuntos habitacionais foram construídos nas áreas onde a violência contra a mulher é mais expressiva em valores absolutos. Em 2016, uma mulher foi estuprada na Zona Oeste do Rio de Janeiro a cada 15 horas. Dessas ocorrências, 48,3% acontecem em áreas onde mais conjuntos habitacionais foram construídos

(MONTEIRO, 2018). O despertencimento é uma ferramenta biopolítica e o controle territorial foi historicamente planejado como forma de consagrar processos de espoliação. A "ocupação colonial" sempre foi em si uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico que conformava uma base material para um conjunto de relações sociais e espaciais específicas. A produção do espaço, nesse sentido, é a "matéria-prima da soberania e da violência [...]. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto" (MBEMBE, 2018, p. 39).

> "A cidade do colonizado [...] É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada." (FANON *apud* MBEMBE, 2018, p. 41)

A dinâmica da fragmentação territorial, do acesso interditado e da expansão de assentamentos que Mbembe (2018) denomina "ocupação colonial" encontra ecos na produção do espaço urbano contemporâneo. Assim, materializado sob a premissa do Urbanismo Colonial, o PMCMV, que se por um lado demarca claramente o avanço da especulação imobiliária e da lógica capitalista na produção da cidade, por outro lado, poderia ser também interpretado como uma ferramenta da necropolítica.

Figura 1: Lógica de localização do PMCMV em relação às remoções forçadas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, até que ponto diante da situação de violência generalizada em diversos níveis não se pode dizer que a exceção deixou de ser uma suspensão temporal do estado de direito. Nesse sentido, o conceito de biopoder, segundo Mbambe (2018) seria insuficiente para compreender as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte, e por extensão do terror. A produção do terror tem sua peculiaridade consolidada por meio da intermissão entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. Nessa perspectiva se apresenta o conceito de necropoder que inquire sob quais condições e quem exerce o poder

de matar, o poder de deixar viver e o poder de expor à morte, à violação, ao terror. O recorte racial é fundamental para compreender o funcionamento desse mecanismo.

Figura 2: Cartograma exemplificando a implantação do PMCMV às margens de Vias Expressas e em terrenos cercados por grandes glebas vazias.

Fonte: MONTEIRO, 2015.

A reflexão sobre Racismo Institucional questiona os esquemas que interpretam as desigualdades raciais como produtos de ações individuais, demonstrando que há mecanismos de discriminação estruturais que operam inclusive por meio de políticas públicas (SILVÉRIO *apud* LEITE, 2012). O que se pretende desenvolver aqui é a possibilidade de com parâmetros análogos estar em vigência um mecanismo de discriminação de gênero que é estrutural do poder hegemônico e funcional para a manutenção do *status quo*. A fragmentação conduz a uma proliferação dos espaços de violência e embora o "estado de sítio" seja uma instituição militar (MBEMBE, 2018), mesmo sem tanques ou minas terrestres, milhares de mulheres vivem seu cotidiano sitiadas, sentindo o terror da violência estrutural que é direcionada aos

seus corpos pelo simples fato de serem corpos femininos. Esse cotidiano tão constante no espaço e no tempo indica a possível existência do Machismo Institucional.

A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada, assim o sexismo não é simplesmente um preconceito, é um poder conferido e exercido pelos/por homens (PATEMAN *apud* SAFFIOTI, 2011), sendo um fenômeno social e não individual. O sexismo só permite a integração subordinada na sociedade. O patriarcado está radicado em todas as esferas da vida social, enquanto o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais. E embora a desigualdade de gênero seja preexistente, o capitalismo se apropriou da desvantagem feminina, aprofundando o sexismo. Assim, "quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas" (SAFFIOTI, 2011, p.129). Mas há resistência e as mulheres seguem em luta.

AS BRAVAS GUERREIRAS DA CIDADE DOS HOMENS

A essência da ideia aqui desenvolvida é que as mulheres, ao abraçar a luta por seus lugares, produzem espaço e, finalmente, cidade. A resistência pela manutenção da vivência cotidiana comunitária, que em síntese é a luta pela própria vida, pelo existir que se substancia na re-existência pode ser considerada em termos de prática social como essencialmente anticapitalista e potencialmente feminista. A vida possível dentro do regime de exploração-opressão patriarcal e capitalista, que vulnerabiliza as mulheres de forma aguda e violenta, é a que se constrói na coletividade e no cotidiano.

O movimento feminista no Brasil desde a década de 1970, de forma mais ou menos sistemática, se articula com outros movimentos sociais na luta por moradia, incluindo a demanda por infraestrutura e serviços urbanos como água encanada, luz e transporte, e na sintomática e necessária luta por creches, que mesmo sob o status de lei, sempre foi fragilmente efetivada (CORRÊA, 2001). A inserção das mulheres no mercado de trabalho determinou transformações sociais, econômicas e políticas que não podem ser ignoradas, mas devem ser avaliadas com cautela:

> "O capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho para a mulher. Não foi nem é assim. O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens." (SAFFIOTI, 2000, pag. 73)

As transformações sociais decorrentes da ampliação da presença das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho animaram a luta por demandas que ainda hoje persistem. A dificuldade de acesso à creche, por exemplo foi e ainda é um hiato, que segundo Teles (1993), esteve sempre presente nas reuniões de mulheres na periferia e de sindicalistas.

As lutas contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade (TELES, 1993). As mulheres conquistaram historicamente um lugar de destaque e reconhecimento ao constituírem-se enquanto sujeitas de luta pelo direito à moradia. No Rio de Janeiro, por meio do engajamento e da vivência no processo de resistência à remoção, as mulheres se tornaram bravas guerreiras que transcenderam a luta por suas próprias moradias para lutar pela comunidade, pelo direito ao território e à cidade. E nesse processo romperam com os padrões que definem a feminilidade, subverteram o lugar do "feminino" na política e finalmente, enquanto sujeitas da política e da história[3] desestabilizaram as relações de dominação-exploração (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

Nesse contexto, a perspectiva de conquistas de direitos legais começa a ser dilatada pela necessidade de direitos substantivos para mulheres em distintos lugares e espaços. O feminismo não é um modelo encerrado em si mesmo, nem se resume em uma teoria. Não há revolução sem teoria e o feminismo como prática, como cotidiano que se estruturas nas relações e uma outra ética abre uma nova janela de compreensão da realidade. Assim, a partir da observação cuidadosa e afetiva das lutas urbanas travadas no cotidiano e da construção de outro paradigma do que é fazer política, seria possível dizer que as mulheres produzem a cidade?

A cidade é fundada a partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas, desde o global até as relações sociais dentro da cidade, dos bairros e da casa. A possível movimentação nas escala das lutas, entretanto, não pode estar impregnada de juízo de valor. As relações sociais se materializam e assim, o espaço físico e o espaço social se definem e redefinem reciprocamente (MASSEY, 2000). Assim, pensar as diferentes escalas territoriais não significa precedência da cidade sobre o espaço ou do espaço sobre o lugar. Mas quando um "lugar" resiste ao projeto hegemônico de cidade, de certa forma desestrutura e confronta o *status quo* que é racista, machista e elitista, influenciando de forma direta as localidades vizinhas e a cidade no geral.

O lugar tradicionalmente é conceituado como singular, fixo e não problematizado em sua identidade, cuja ação pode ser potencialmente reacionária; enquanto o espaço é interpretado como dinâmico e construído a partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas territoriais (MASSEY, 1994). A produção do espaço implicada por interações sociais em todas as escalas é essencialmente complexa. O deslocamento da relevância do lugar como território de disputa de projetos de cidade se relaciona com a suposta associação entre o feminino e o local que reforça a dicotomia entre o público e o privado. Essa oposição dicotômica se relaciona com a perspectiva universalista da esfera pública e com a constituição da noção de direitos individuais e privacidade que oculta a intrínseca relação entre essas duas esferas na conformação das identidades.

[3] Diversas lideranças que emergiram e se afirmaram nesse contexto, hoje têm inscrição transescalar e participam de assembleias da ONU, fóruns globais de direitos humanos e comissões parlamentares em defesa dos direitos humanos e à cidade.

O feminismo, a partir da década de 1960, agrega a discussão sobre a dicotomia entre público e privado, e inicia o questionamento em relação ao discurso da privacidade, pautando que "o pessoal é político". O caráter patriarcal do liberalismo, materializado por meio da distinção hierárquica de público e privado, esconde a opressão patriarcal em uma ordem que se apresenta como universal, individualista e igualitária. Assim, o termo local é usado em referência depreciativa às lutas feministas que seriam contingentes, localizadas, uma "preocupação local" (MASSEY, 1994). A associação entre o local e o feminino opera um segundo deslocamento que conecta uma versão socialmente construída do que é ser mulher ao lar. Mas o lar pode ser tanto um lugar de conflito quanto de acolhimento.

O fortalecimento da ideia de inferioridade feminina se desenvolve com a dissolução do prestígio de que as mulheres dispunham devido ao caráter produtivo e absolutamente essencial do trabalho realizado em casa, sendo essa uma das consequências ideológicas do capitalismo industrial. A transferência da produção da casa para a fábrica desestabilizou a economia familiar centrada na casa e nas terras cultiváveis, na qual mulheres e homens exerciam tarefas de forma não hierarquizada, e permitiu a consolidação da ideologia da feminilidade forjada na maternidade. Nesse contexto, a condição social da mulher começou a se deteriorar (DAVIS, 2016). Assim, alienadas dos meios de produção, as mulheres foram duplamente espoliadas de acordo com o regime de opressão-exploração patriarcal e capitalista.

A atuação essencialmente anticapitalista e potencialmente feminista dessas mulheres em luta contra a remoção forçada não é consequência de uma identidade grupal natural ou consciência política consolidada, mas se costura no cotidiano, nas derrotas e vitórias conquistadas ao longo da luta pela permanência em suas casas, que com o tempo transcende os interesses individuais de cada família e se consubstancia como um direito coletivo de permanência naquele território. A produção feminista do espaço, nesse caso, é regida pelas relações sociais cotidianas imbrincadas por um profundo senso de justiça. O espaço em luta, concebido nesse paradigma tanto enquanto símbolo, quanto em sua materialidade, rompe com a dicotomia entre lugar e espaço e se consolida como território de práticas transgressoras e potentes que continuam reverberando.

O dilema apontado por Harvey (*apud* MASSEY, 1994) sobre o fato de que o espaço só pode ser conquistado através da produção do espaço revela a necessidade de pensar e construir as lutas a partir de outros paradigmas que não asseverem que o capital sempre vence e só o capital pode ganhar. Sem o intuito de celebrar de forma acrítica a potência das lutas locais mas evidenciar que mulheres em luta cotidiana permeada de empatia e cuidado podem vencer a batalha contra o grande capital.

Nesse sentido, a luta da Vila Autódromo, localidade às margens da Lagoa de Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro é um precioso retalho para iniciar a costura dessa colcha epistêmica que busca evidenciar outras possibilidades transgressoras de produção do espaço urbano. A comunidade, composta essencialmente por famílias de baixa renda se desenvolveu durante 40 anos sem qualquer investimento público em infraestrutura ou urbanização. A história de resistência e organização política da comunidade, se inicia em 1993 com a tentativa de remoção empreendida na gestão César Maia, sob a alegação de "dano urbano, estético e ambiental". As ameaças de remoção, ao longo dos anos, foram justificadas

por diversos argumentos contraditórios e questionáveis (SÁNCHEZ; LEAL DE OLIVEIRA; MONTEIRO, 2016).

A implantação do Parque Olímpico no terreno do antigo Autódromo de Jacarepaguá intensificou a pressão sobre a comunidade. Os moradores e as moradoras, organizados(as) por meio da Associação de Moradores da Vila Autódromo, continuaram a resistir mesmo diante das graves violações direitos e da perda de habitabilidade devido às demolições realizadas pela Prefeitura. O aumento de pressão da opinião pública e novas estratégias da resistência das(os) moradoras(es) e apoiadoras(es), somado à visibilidade internacional, definem um marco vitorioso para a luta da Vila Autódromo: a conquista da permanência de 20 famílias[4].

Neste processo de resistência intensa das moradoras e dos moradores, feita de diversas formas e com muitas parcerias, o protagonismo feminino na luta contra as remoções na cidade se evidenciou. Em geral, as principais lideranças da luta por permanência, costumam ser as moradoras antigas das comunidades ameaçadas e, na maioria das vezes são as "chefes" de suas famílias (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017). Assim, quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que suas casas, mas as redes de apoio consolidadas e o sentido de pertencimento construído no cotidiano daquele território. Há toda uma forma de sobrevivência familiar e comunitária, constituída de forma solidária e adaptada ao território que ocupam. Daí o protagonismo de tantas mulheres, que por reconhecerem bem a diferença de preço e valor, colocam em movimento muitas estratégias e rompem a posição social à qual foram socialmente construídas. E por isso a potência da fala da frase diversas vezes repetida por Dona Penha: "nem todo mundo tem um preço".

Na Vila Autódromo, Dona Jane, além de promover várias atividades comunitárias e melhorias na localidade como a implantação da horta comunitária realizada por meio de parceria com a Fiocruz, estava sempre com uma câmera na mão para visibilizar a luta de sua comunidade e as arbitrariedades dos agentes da prefeitura. A professora Inalva, além de defender a história e os documentos de sua construção comunitária com a organização de extenso acervo, por meio de articulações e intensa militância cotidiana, conseguiu viabilizar o início dos trabalhos do Plano Popular da Vila Autódromo[5]. Dona Penha, com grande engajamento na igreja católica, fortaleceu seus vizinhos para que não desistissem de tudo o que já haviam conquistado, além de oferecer sua casa como centro da resistência alimentada por grandes almoços comunitários feitos coletivamente e muito café adoçado com açúcar mascavo.

Seria possível dizer que se trata de uma produção comunitária do espaço? Sim, mas a ação de reivindicar a identidade e a voz dessas mulheres não só reflete fielmente essas lutas urbanas como é um ato de ruptura com a violência epistêmica estrutural, que historicamente invisibiliza as mulheres. Além disso, a partir do caso da resistência da Vila Autódromo é possível afirmar que embora muitas pessoas tenham participado do processo e contribuído

[4] Para mais informações ver: LEAL DE OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016; SÁNCHEZ; LEAL DE OLIVEIRA; MONTEIRO, 2016 e MONTEIRO; MEDEIROS, 2016.

[5] Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>

de diversas formas, entre moradores e apoiadores, quem efetivamente manteve a coesão interna para perseverar na luta em várias frentes e escalas foram as mulheres, assumindo o protagonismo.

A luta da Vila Autódromo pelo direito à permanência reverberou de forma potente por todo o mundo e se tornou exemplo de resistência tendo suas mulheres como rostos e vozes privilegiadas para contar essa história. Nesse sentido, o local transmitido para o mundo em situação de grave violação de direitos humanos, evidencia a força do local para agenciar as lutas globais. Assim, o objetivo dessa reflexão é abrir novas janelas de compreensão e imaginar novos sentidos para costurar, por meio de coletividades vivenciadas, uma epistemologia feminista habilitada a pensar a produção do espaço urbano, enquanto espaço de luta protagonizada por mulheres. Nesse sentido, recortar novos retalhos que narrem outras histórias de mulheres que, em luta, produziram novos sentidos para novas cidades que precisam ser construídas, é essencial.

Na luta contra as remoções, novos desafios e ameaças demandaram a organização política e o fortalecimento das estratégias e articulações. O processo de segregação espacial legitimado pelos megaeventos, uma desculpa para se empreender um ajuste espacial demandado pelas elites, entretanto não foi interrompido. O Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) tem como meta "garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020", o que coloca sob ameaça de remoção mais de 14 mil famílias (COSENTINO; MONTEIRO, 2017). Assim, costurando novos sentidos e construindo cidade cotidianamente na Barrinha, em Araçatiba, em Rio das Pedras[6], em Vargem Grande, na Vila Autódromo, as mulheres seguem em luta.

As mulheres sempre tiveram lugar de destaque na luta pelo direito à moradia e resistência à remoção. Mas historicamente esse protagonismo vem sendo omitido e esquecido. Diante do novo ciclo de ameaças de remoção da gestão Crivella e da convicção quanto ao reconhecimento e à valorização das experiências das mulheres, fundamental para a construção de uma cidade mais justa, realizamos no âmbito da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório [que será identificado posteriormente], a II Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções – Mulheres em Luta pelo Direito à Moradia! A atividade que ocorreu como um desdobramento da I Roda de Conversa com Mulheres Atingidas pelas Remoções, realizada em 2016 na comunidade Arroio Pavuna (Jacarepaguá), foi realizada em novembro de 2017 na ocupação Mariana Crioula, na zona portuária da cidade.

A atividade contou com a presença de cerca de 40 mulheres de diversas comunidades e regiões da cidade, como: Horto, Vargem Grande, Vila Autódromo, Indiana, Barrinha, Araçatiba, Ocupação Manoel Congo (Centro), Ocupação Quilombo da Gamboa, Cidade Nova, Ocupação Vitto Gianotti, Vila Esperança (Jacarepaguá), além da presença de lideranças de dois movimentos de moradia organizados: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a União de Moradia Popular (UMP).

O objetivo geral do encontro foi a reunião de moradoras de comunidades atingidas pelas remoções, de diversas partes da cidade, para darem início à construção de uma rede de

[6] Comunidades ameaçadas pela nova onda de remoções da gestão de Marcelo Crivella.

mulheres que lutam pela moradia e a debater a criação de uma Frente Popular em Defesa da Moradia. A atividade durou uma tarde e foi dividida em dois momentos, que contaram com a facilitação de militantes históricas do direito à moradia para cada eixo: 1 - "O que é ser Mulher na Cidade?" contando como facilitadoras Celia Ravera, ex-presidente do Instituto Estadual de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e Maria Lucia de Pontes, defensora pública do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH); e 2 - "O que é ser Mulher na Luta?" contando como facilitadoras Maria dos Camelôs e Elizete Napoleão, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Essas mulheres a partir de sua trajetória de luta pela moradia contam histórias de dor e de sofrimento, mas ao mesmo tempo, histórias de coragem e de luta para "tornar a vida habitável em meio a sequências de exceções que são vividas todos os dias" (PIEROBON, 2018, p. 12).

O desejo de re-conhecer outros recortes/retalhos que contem histórias de mulheres em luta encontrou nesse espaço de resistência novo instrumental para a costura dessa colcha epistêmica. O reconhecimento dessas narrativas resistentes, ou seja, a valorização das experiências cotidianas de diversas mulheres – principalmente sobre as quais incidem mais fatores de vulnerabilidade, portanto as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela – precisa se expandir para caminharmos para a construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista. A costura dessa colcha epistêmica deve acionar diversas estratégias e instrumentais e certamente precisa ser abraçada como uma tarefa coletiva e interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização espacial da sociedade é parte integrante da produção do social, e nesse sentido o sistema patriarcal também atravessa a produção do espaço, tanto na prática quanto na produção teórica. No processo de constituição do sujeito e de formação do objeto, em geral, a figura da mulher desaparece, não em um vazio desinteressado mas em uma omissão estratégica. A essência da ideia aqui desenvolvida é que as mulheres ao abraçar a luta por seus lugares, elas produzem espaço e finalmente cidade. A resistência pela manutenção da vivência cotidiana comunitária, que em síntese é a luta pela própria vida aciona práticas e ideias essencialmente anticapitalistas e potencialmente feministas. O objetivo é re-conhecer nessas narrativas resistentes, ou seja, valorizar as experiências cotidianas de diversas mulheres como instrumental para a costura de uma colcha epistêmica que potencialize a construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista.

Nesse sentido, essa reflexão busca indicar as possibilidade de recorte de retalhos com potencial para consolidar novos sentidos para a compreensão da produção do espaço, para por fim, propor o recorte de retalhos e a costura dessa colcha coletiva. É um chamamento para pensar coletivamente uma cidade diferente. Não necessariamente uma cidade utópica ou um modelo de cidade, mas a cidade real, cuja produção do espaço se engendra cotidianamente. A cidade da luta, é uma cidade feminina, potencialmente acolhedora e essencialmente transgressora porque não se curva ao capital, antes, na sua fome de direitos recusa seu avanço. A partir desse delicado e conflituoso arranjo é possível avistar uma nova

cidade possível, uma cidade que reflete todas e todos e responde aos nossos anseios. Para isso é preciso pensar a partir de outras epistemes, caminhar por outros caminhos, tensionar em outros sentidos. Não há teoria sem práxis e não há revolução sem teoria. Nesse sentido, o exercício teórico feminista é urgente e precisa ser avassalador. Pensar em outros pontos de partida, costurar outras epistemes, destacar o que permanece em uma obscuridade estrutural para questionar estruturas de poder e hierarquias é inadiável em momentos sombrios de retirada de direito e ataques às classes populares.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não-lugares:* introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad.: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo:* a experiência vivida. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. [1949]

BOURDIEU. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo.* 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997. (p.159-175)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel. *A cidade como negócio.* São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu.* Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo, n. 16, Campinas, 2001. (p. 13-30) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02> Acesso: 13/05/2014.

CORTÉS, José Miguel. *Políticas do espaço:* Arquitetura, Gênero e Controle Social. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: SENAC, 2008.

COSENTINO, Renato; MONTEIRO, Poliana. *Rio 2016:* projeto, orçamento e (des)legados olímpicos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017, v.1. p.43.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016:* Remoções no Rio de Janeiro Olímpico.1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade.* Trad.: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. *A produção capitalista do Espaço.* Trad.: Carlos Szlak. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cidades Rebeldes:* do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* Trad.: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LAGO, Luciana. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In: *Cadernos IPPUR*. Ano XXI, nº 2. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, jan/abr, 2007.

LEAL DE OLIVEIRA, Fabricio; TANAKA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: "negociação" e resistência à remoção. In: In: VAINER, C.; BROUDEHOUX, A. M.; SÁNCHEZ, F.; LEAL DE OLIVEIRA, F. (Org.). *Os Megaeventos e a Cidade:* Perspectivas Críticas. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. (p. 483-512)

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad.: Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. [1974]

_____. *O Direito à Cidade.* Trad.: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991. [1968]

LEITE, Márcia. A Faxina Étnica: Preconceito racial e racismo institucional no Brasil. *Le Monde Diplomatique.* Ed. 60. Rio de Janeiro, jul., 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil/> Acesso: 18/10/2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. 3ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p. 121-188)

MASSEY, Doreen. *Space, place, and gender.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica:* Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad.: Renata Santini. 2ª Ed., São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção. *Anais XVII ENANPUR*. São Paulo: ANPUR, 2017.

MONTEIRO, Poliana. *O Gênero da Habitação:* A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação de mestrado. Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

_____. *As bravas guerreiras da cidade dos homens*, 2018. (*prelo*)

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam:* o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. 2018. 324 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar:* a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares:* a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. 3ª Ed., 1ª Reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ª Ed., 2ª Reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Coleção Brasil Urgente, 2011.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Dossiê Crítica Marxista*, nº 11, Campinas: Unicamp, 2000. (p. 71-75)

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades:* sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p. 155-176)

SÁNCHEZ, Fernanda; LEAL DE OLIVEIRA, Fabricio; MONTEIRO, Poliana. Vila Autódromo em Disputa: Sujeitos, Instrumentos e Estratégias para a Reinvenção do Espaço. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – RBEUR* (Online), Recife, v. 18, n. 3, set/dez, 2016.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Revista Geosul*. vol. 22, Florianópolis: UFSC, 2007. (p. 117-134)

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. [1985]

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil.* 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

VELEDA DA SILVA, Susana. A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, vol. 4, n. 2, Ponta Grossa, ago/dez, 2013. (p.106-117)